

REFLEXÕES ACERCA DOS MUNDOS DO TRABALHO NO BRASIL

Carlos Alberto Vieira Borba¹

BOSI, Antônio de Pádua. *Precarização e intensificação do trabalho no Brasil recente*. Cascavel: Edunioeste, 2011.

Pensar o mundo do trabalho no Brasil nas últimas décadas do século XX e início do século XXI é de grande importância, pois as mudanças que atingem o trabalho, suas formas de organização, suas relações de contrato representam uma reorganização produtiva do capitalismo, visando solucionar os problemas presentes na crise que afetou esse sistema, durante a década de 1970.

Nesse sentido, o trabalho de Antônio de Pádua Bosi – *Precarização e intensificação do trabalho no Brasil recente* – é de grande valia, já que o autor destina seus esforços em pensar como essas transformações têm levado a uma precarização, intensificação e flexibilização cada vez maior do trabalho. Bosi propõe também desenvolver uma nova ótica sobre o mundo do trabalho, focando nas narrativas nas visões dos trabalhadores sobre “as mudanças vividas relativamente ao trabalho e não ao contrário”.

Estruturado em quatro capítulos ao longo de cento e trinta páginas, o livro de Antônio Bosi traz questões importantes sobre o debate acerca do trabalho recente no Brasil. Uma dessas questões é negar a visão de alguns autores que defendem a perda da centralidade do trabalho na vida dos indivíduos, como é o caso dos trabalhadores informais. Outra é romper com a ideia do toyotismo como “regime de produção hegemônico”.

¹ Mestrando em história social pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: carlosborba.historia@gmail.com.

No primeiro capítulo “Trajetórias ocupacionais e identidade laboral de ‘jovens’ e ‘velhos’ trabalhadores” o autor procura através de entrevistas realizadas com catadores de recicláveis das cidades do oeste do Paraná: Marechal Cândido Rondon, Guaíra, Toledo e Foz do Iguaçu, e com trabalhadores da rede das lojas (Pernambucanas) na cidade de Marechal, Cândido Rondon, observar as experiências individuais desses trabalhadores, procurando nelas situações comuns que fossem possíveis identificar como eram vivenciadas coletivamente, atingido assim “o caráter coletivo da experiência dos trabalhadores”.

Através dessas experiências comuns nas entrevistas o autor pôde evidenciar que os catadores de lixo produzem uma visão crítica sobre seu próprio trabalho e sobre o mundo que o cerca. Primeiro porque apontam fatores da dinâmica local de acumulação de capital como responsável pela perda de suas antigas ocupações, como, por exemplo, a mecanização do campo, a introdução da monocultura de soja no sudeste do Brasil, entre outros. Segundo porque explicam sua trajetória de declínio fazendo referência ao trabalho e à trajetória de seus pais.

Bosi percebe também que os catadores de lixo refazem seus saberes acerca do trabalho, já que, pressionados pela concorrência, eles são levados a reorganizar e desenvolver novas formas de trabalho, o que permite superar-se em relação a outros catadores, saindo mais cedo do serviço municipal para conseguir coletar o que lhes interessa.

Outra questão observada pelo autor é que as narrativas desses catadores se estruturam a partir das suas trajetórias de vida e de trabalho, e embora reconheçam a “desvalorização” do que fazem, procuram oferecer “um enredo alternativo que tenta valorizar seu próprio trabalho”. Mas, nesse processo em que os catadores buscam forjar uma “ética positiva do trabalho relacionado com a cata de recicláveis”, sofrem com a disputa de outros sujeitos que “tentam disciplinar a presença do significado dos catadores nas cidades”. Já que, ao mesmo tempo em que o catador é valorizado por transformar “valor de uso e de troca o que fora descartado pela sociedade”, ele também se vê combatido por categorias diversas e descentralizadas que se recusam a

dividir o mesmo espaço urbano. Com efeito, o poder público tenta transformá-los em agentes ambientais, fazendo com que se organizem em associações e cooperativas, fixando horários para trabalharem de forma que não seja um incômodo aos olhares sociais inconformados com estes trabalhadores.

Dentro desse contexto, os esforços do historiador Antônio Bosi vão no sentido de perceber se está germinando um sujeito coletivo e quais são as pautas de lutas desses trabalhadores, como: rejeição à subordinação ao poder público, a luta pelo reconhecimento da profissão, a garantia de direitos sociais como a aposentadoria.

Além dos catadores, nesse capítulo, Bosi tece considerações sobre o trabalho no chamado setor de serviços, mais especificamente nos espaços de circulação e vendas de mercadorias, onde muitos jovens têm se ingressado. Para o autor, os estudos produzidos na academia e nos sindicatos destacam duas principais questões sobre essas ocupações: “sua natureza provisória e a precariedade dos contratos de trabalho”. Mas segundo o próprio pesquisador, esses estudos não revelam toda a complexidade nesse setor de serviços, pois não observam a percepção dos jovens sobre o mundo do trabalho.

Para Antônio Bosi, ao serem entrevistados, muitos desses jovens que trabalham nas Lojas Pernambucanas como vendedores veem nesse trabalho uma profissão provisória, até acharem algo melhor. Em outros casos, alguns desses jovens trabalham até se graduarem, com a esperança de, depois de formados conseguirem um trabalho que traga mais retorno financeiro, sonho que em muitos casos não é concretizado e esses jovens continuam exercendo suas mesmas ocupações de antes.

O autor acrescenta que as narrativas desses jovens nos permitem compreender como eles estão ligados à dinâmica do trabalho no Brasil, pois, à medida que o trabalho formal declina, enquanto possibilidade de se inserir no mercado de trabalho, fazer parte de uma loja como as Pernambucanas, representa uma estabilidade não alcançada no trabalho informal.

Diante das entrevistas, Antônio Bosi compreende que a estabilidade é algo praticamente invariável nessas narrativas, e

nesses casos, ocorre também a identificação com a profissão, que de provisória passa a ser permanente. E ele acrescenta que essas narrativas ainda revelam a consciência dos jovens sobre a intensificação e precarização do seu trabalho, reconhecendo esses fatores no trabalho multifuncional, em que cada vendedor tem que se ocupar de atender o consumidor, de receber o pagamento, entre outras funções. Bosi conclui este capítulo convidando o leitor a pensar algumas questões inquietantes como a redefinição de classes a partir da existência dessas novas ocupações.

No segundo capítulo “Mudanças no emprego doméstico no Brasil (1970 – 2005): do estigma ao direito pelo trabalho”, o autor busca na escravidão do Brasil colonial as bases para pensar e entender a constituição do trabalho doméstico atualmente. Para ele a predominância de mulheres no trabalho doméstico e sua desvalorização representam traços herdados da escravidão. Quando a este tipo de trabalho, era compulsório e realizado apenas por mulheres negras.

Após discutir as condições históricas do trabalho doméstico no Brasil, Bosi busca compreender como foi estruturada sua identidade nesse país. Segundo ele, a insistência do Estado Brasileiro em não regulamentar essa profissão, representava uma tentativa de que o trabalho doméstico fosse cada vez menos visto como uma atividade que imprimisse “exploração” às trabalhadoras, mesmo porque a legislação e as atividades políticas e sindicais não as alcançavam até meados dos anos de 1950. E assim, foi marcante na relação entre doméstica e patrão o paternalismo. Essas ideias são reproduzidas na literatura da época, na qual a personagem Tia Anastácia, de Monteiro Lobato, é um caso emblemático. De acordo com o autor, essas visões construídas sobre a relação doméstica e patrão omitem divergências e resistências, e continuaram sendo reproduzidas pelas telenovelas.

Na leitura de Bosi, juntamente com essa identidade, emergiu a percepção da doméstica como trabalhadora explorada na década de 1960. Essa nova percepção surgiu principalmente pelo empenho dos comunistas em organizá-las, a partir da criação

de associações. Dessa maneira, desde a década de 1960, as trabalhadoras domésticas expressam-se publicamente como trabalhadoras, construindo uma identidade sobre si mesmas relativa ao mundo do trabalho até o reconhecimento da profissão no ano de 1973.

Conforme o autor, a regulamentação da profissão não acarretou na garantia de direitos trabalhistas e muitas trabalhadoras domésticas continuaram no trabalho informal. Em consequência dos fatores mencionados, as associações e entidades voltavam suas ações para atribuir uma identidade positiva ao trabalho doméstico e a aplicação dos direitos registrados em lei. Nesse processo, segundo Bosi, há de se destacar a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que foram de grande importância para que as empregadas domésticas tivessem outra visão sobre o mundo do trabalho.

A atuação dessas associações e entidades foram importantes para diminuir o número de trabalhadoras domésticas no trabalho informal. E apesar do declínio das relações contratuais das domésticas, a informalidade e o descumprimento com os direitos trabalhistas ainda persistem e de acordo com índices extraídos do Pnad/IBGE do ano de 2004, o trabalho doméstico ocupa o primeiro lugar no índice de informalidade.

Ainda sobre o trabalho doméstico no Brasil, Antônio Bosi, apoiando-se em estudos sobre o tema produzidos nos últimos 25 anos e em entrevistas com trabalhadoras domésticas, conclui que o trabalho doméstico tem sido marcado pela intensificação da "jornada trabalhada, flexibilização na relação de trabalho, e estagnação e ou diminuição de salários"

O autor cita alguns exemplos desse processo, vejamos: a empregada multifuncional, que realiza várias funções nas atividades domésticas, como lavar, passar, cozinhar e algumas vezes até cuidar dos filhos de seus patrões, ocupações que anteriormente eram divididas entre várias empregadas e que agora há possibilidade de serem feitas por uma única mulher, devido ao desenvolvimento dos bens materiais, permitindo realizar mais de uma tarefa ao mesmo tempo. Essa intensificação do trabalho doméstico é evidenciada também pelo fato de que o número de

trabalhadoras domésticas das quais dormem no serviço diminuiu consideravelmente nesses últimos anos, o que contribuiu para o aumento do seu trabalho em um período menor de tempo. E por último, temos as diaristas, que trabalham em vários domicílios, combinando flexibilização e intensificação do trabalho.

O terceiro capítulo, denominado de “Precarização do trabalho docente no Brasil: novas e velhas formas de dominação capitalista (1980 – 2005)”, o autor situa o trabalho docente no contexto de mudanças ocorridas no mundo do trabalho e no processo de “reorganização produtiva do capitalismo” a partir de 1970, quando houve um crescimento cada vez mais acelerado da intensificação do trabalho. Para realizar tal objetivo, Bosi utiliza-se dos seguintes documentos: dados do MEC/Inep, Capes/MEC, fontes orais e produções acadêmicas sobre o tema.

Em sua análise sobre o trabalho docente, o autor chama a atenção do leitor para a seguinte questão: muitos estudos sobre a precarização do trabalho docente tem-se preocupado apenas com os “contratos temporários – sem estabilidades e direitos”. Esses estudos se revelam para ele incompletos, porque só englobam em suas pesquisas os professores universitários sem vínculos empregatícios com as Instituições do Ensino Superior e com os docentes temporários, os chamados professores substitutos, que trabalham no Ensino Superior público.

Para esse historiador, a precarização do trabalho nessa categoria não ocorre apenas com o docente sob o regime de contrato temporário. Segundo ele, “é preciso posicionar a ‘precarização do trabalho docente’ numa visão mais ampliada sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho nesses últimos 30 anos”.

De acordo com Antônio Bosi, para entender esse processo de precarização do trabalho docente é necessário mostrar como o desenvolvimento de medidas neoliberais acelerou esse processo, visto que essas medidas reduziam consideravelmente os gastos do Estado, privatizando empresas e serviços públicos. Em sua opinião, o Brasil, no governo Fernando Collor, vai ser o responsável por desenvolver esse modelo neoliberal, reformando a legislação sobre as relações capital e trabalho, procurando como

isso “subtrair as cláusulas que definiam proteção e direitos dos trabalhadores”. Essas medidas foram continuadas por Fernando Henrique Cardoso, que aprofundou a desregulamentação da legislação trabalhista.

Segundo o autor, é importante salientar essas questões, pois é diante do “contexto de precarização do trabalho que muitas mudanças no trabalho docente vêm sendo operadas”. Uma dessas mudanças é o crescimento do número de professores que de 109 mil no ano de 1980 passa a 279 mil em 2004, o que representa um aumento de 154%. Mas, para o autor, esse grande aumento do número de professores atende principalmente ao Ensino Superior privado, já que, a partir da década de 1990 e, sobretudo no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, houve um aumento da força de trabalho nas IES públicas de 80% entre o período de 1980 a 2004, enquanto que no setor privado, no mesmo período, foi de 320%.

Bosi acrescenta a essa situação de privatização do Ensino Superior público e a essa precarização do trabalho docente, a flexibilização nos regimes de trabalhos. Ancorando-se no censo do Inep (2004), o autor conclui que apenas 16% dos docentes trabalham sob o regime de dedicação exclusiva, fato que demonstra a intransigência com os parâmetros exigidos pela LDB, que define um terço do corpo docente em regime de tempo integral. Fato que ainda é mais alarmante no ensino privado, onde a grande maioria das universidades não atendem essa exigência.

Antônio Bosi elenca que a pressão do Estado brasileiro em aumentar a carga horária e a produtividade docente, tem representado o “processo empresarial da ciência”, e acrescenta que grande parte dos recursos investidos pelos órgãos de fomento à pesquisa, como, Capes, CNPQ e Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa representam uma maneira de alocar recursos para a reprodução do capital. Por isso, nesse atual contexto, os investimentos destinados às áreas das ciências humanas tem sido insignificante diante dos altos investimentos nas áreas de interesse do capital.

Esse modelo de ensino que tem se desenvolvido no Brasil exige um grande aumento de produção e competitividade, visto que esses recursos para a pesquisa são disputados e destinados ao docente que tiver mais produtividade. Mas, ao mesmo tempo que se tem um grande número na produção, não se consegue aferir a qualidade dessa produção. De acordo com Bosi, todas essas considerações supracitadas têm levado ao desenvolvimento do docente empreendedor, que busca recursos nas iniciativas privadas na maioria das vezes, produzindo pesquisas que vão ao encontro do que deseja o capital.

Diante de todas essas observações, o autor conclui seu raciocínio afirmando que nesse clima produtivista os docentes não conseguem produzir uma identidade, em que se percebe a necessidade de organização e mobilização contra esse modelo de educação, e que antes restrita à Pós-graduação, essa cultura produtivista chega também à graduação, contaminando-a e submetendo-a na mesma lógica daquela.

No último capítulo “Um ensaio sobre industrialização, desenvolvimento econômico e trabalho degradado no oeste do Paraná”, Antônio Bosi refuta as ideias que são disseminadas nos estudos sobre a acumulação do capital no oeste do Paraná, que defendem que a agroindústria foi responsável pelo desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida dos operários dessa região. Segundo esse historiador, grande parte desses estudos são produzidos no sentido de forjar a ideia de sucesso oriunda da agroindústria, assim, eles estão subordinados “aos imperativos econômicos regionais”, que buscam na geração de renda e de emprego as reflexões para aferir o sucesso dessa atividade.

Longe de perpetuar essa ideia, Antônio Bosi esforça-se para desconstruí-la, buscando, através das experiências dos trabalhadores, mostrar a degradação do seu cotidiano de trabalho nas indústrias alimentícias da região oeste do Paraná. Para realizar tal objetivo, o autor procura antes fazer uma breve reflexão acerca do desenvolvimento capitalista na história e na historiografia para pensar o capitalismo na sociedade brasileira atual. E dialogando com autores como Raymond Williams, Eric Hobsbawm e Josef

Fontana reflete como a ideia de “desenvolvimento econômico” presente desde o início do sistema capitalista serviu para disseminar a ideia de progresso e modernização, avaliando o poder de consumo e de aquisição de bens materiais, como padrão de vida.

Bosi busca primeiramente entender todo o contexto político, econômico e social para depois desenvolver seu raciocínio sobre as formas atuais de intensificação do trabalho nos regimes fabris do Oeste do Paraná. Por isso é importante discutir as nuances do processo de expropriação vivido pelos trabalhadores nesta região, sob um novo olhar, amparando-se principalmente nas narrativas dessas pessoas para perceber a violência de tal processo, já que os estudos sobre a expropriação do trabalho nessa região, de acordo com o autor, focam a abordagem desse processo apenas na modernização do campo, o que para ele exclui toda a complexidade desse movimento.

O autor destaca o papel do Estado nas implantações e desenvolvimento dessas indústrias no oeste do Paraná. Em sua opinião, para atrair estas indústrias, as administrações municipais isentam as fábricas de seus compromissos fiscais, além de muitas vezes financiar as obras de infraestrutura dessas fábricas, e de desenvolver programas sociais para diminuir a incidência dos baixos salários na vida dos trabalhadores. E utilizando-se dos dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), Antônio Bosi percebeu que essas ações das administrações municipais resultaram num grande aumento de número de empregos relacionados à indústria de produção alimentícia. Destacando as indústrias de abate de aves, situada na microrregião de Cascavel e a de suínos, localizada na região de Toledo.

É partindo dessas ponderações que o autor se opõe aos estudos dos quais indicam que as indústrias alimentícias na região oeste do Paraná foram responsáveis por dar uma melhor qualidade de vida aos operários dessa região. E aponta, com base nas narrativas dos trabalhadores dessas indústrias, que velhas formas de exploração do trabalho, como o taylorismo e fordismo, ainda fazem parte do cotidiano dessas indústrias, e a repetição de

certas atividades e a intensificação do trabalho têm resultado em vários problemas de saúde, entre estes a presença de doenças, como, por exemplo, a LER (Lesão por Esforço Repetitivo), que é a mais evidenciada.

Para Antônio Bosi, em consequência das condições de trabalho, da sua intensificação e dos baixos salários, é notável a formação de um “exército industrial de reserva”, na cidade de Marechal Cândido Rondon. Para chegar a essa conclusão, o escritor recorreu a dados do Ipardes e notou que houve uma significativa perda da população, principalmente entre os períodos de 1986-1991 e 1995-2000, resultante dos fatores apontados acima. Isso revela que mesmo tendo oferta de empregos, os operários da indústria alimentícia têm rejeição por esses empregos e salientam a precariedade e insalubridade do trabalho nessas indústrias.

As discussões travadas pelo autor nessa obra resenhada são importantes para nos atentarmos às novas configurações do sistema capitalista, e para repensarmos as produções sobre o mundo dos trabalhadores na historiografia, já que muitos trabalhos têm se debruçado apenas em perceber as mudanças do “trabalho pelo trabalho”, colocando o trabalhador em segundo plano.

Recebido em: 28/6/2011

Aprovado em: 9/5/2012